



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA JUSTIÇA
CORREGEDORIA

LISTA DE NORMAS

Lei Federal

- **Lei Federal nº 9784/1999**
Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm

Leis Complementares Estaduais

- **Lei Complementar nº 847, de 12 de janeiro de 2017**
Institui o Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo - SISSCORES e altera as Leis Complementares nos 295, de 15 de julho de 2004; 478, de 16 de março de 2009; 46, de 31 de janeiro de 1994; e as Leis nos 3.206, de 29 de maio de 1978; 3.213, de 09 de junho de 1978; e 3.400, de 14 de janeiro de 1981
[Lei Complementar nº 847, de 12 de janeiro de 2017](#)
- **Lei Complementar nº 754, de 04 de março de 2013**
Altera o § 3º do artigo 222 da Lei Complementar nº 46/1994, e o § 2º do artigo 2º da Lei Complementar nº 328/2005.
[Lei Complementar Estadual 754, de 2013](#)
- **Lei Complementar nº 676, de 30 de dezembro de 2013**
Cria, no âmbito da Corregedoria da Secretaria de Estado da Justiça, duas Comissões Processantes e dá outras providências.
[Lei Complementar Estadual 676, de 2013](#)
- **Lei Complementar nº 328, de 06 de setembro de 2005**
Cria Corregedorias no âmbito do Poder Executivo Estadual e altera dispositivos da L.C. nº 46/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Espírito Santo. * Revoga as L.C. nºs 107/97 e 60/95 e a alínea "a" do inciso II do artigo 2º e artigo 5º, todos da L.C. nº 225/02. Alterada pela L.C. nº 754/13
[Lei Complementar Estadual 328, de 2005](#)
- **Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994**
Institui o Regime Jurídico Único para os servidores públicos civis da administração direta, das autarquias e das fundações do Estado do Espírito Santo, de qualquer dos seus Poderes, e dá outras providências
[Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994](#)

Ao clicar no texto em azul será direcionado para o documento indicado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA JUSTIÇA
CORREGEDORIA

Decretos

- **Decreto nº 4729-R, de 16 de setembro de 2020**
Disciplina a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, no âmbito do Poder Executivo Estadual.
[Decreto nº 4729-R](#)

- **Decreto nº 3692-R, de 06 de novembro de 2014**
Institui a Carteira Funcional dos Servidores da Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo e dá outras providências.
[Decreto nº 3692-R, de 06 de novembro de 2014](#)

- **Decreto nº 2724-R, de 06 de abril de 2011**
Dispõe sobre a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, no âmbito da Administração Pública Estadual.
[Decreto Estadual 2724-R, de 2011](#)

- **Decreto nº 1595-R, de 06 de dezembro de 2005**
Institui o Código de Ética dos Servidores Cíveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo. (Alterado pelo Decreto nº. 1687-R/2006) (Observar os Decretos nº 1826-R/2007, 1898-R/2007 e 2043-R/2008).
[Decreto Estadual 1595-R, de 2005](#)

Portarias

- **Portaria nº 016-R, de 05 de novembro de 2020**
Regulamenta a adoção de videoconferência na instrução de procedimentos correccionais no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.
[Portaria nº 016-R](#)

- **Portaria nº 012-R, de 23 de setembro de 2020**
Regulamenta a Atividade Correccional no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual - SISCORES.
[Portaria nº 012-R](#)

- **Portaria nº 011-R, de 14 de setembro de 2020**
Regulamenta a utilização de recursos tecnológicos para a realização de atos de comunicação em procedimentos correccionais no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual.
[Portaria nº 011-R](#)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DA JUSTIÇA
CORREGEDORIA

Resoluções Consecor

- **Resolução Normativa Consecor 001-2017**
Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Correição do Poder Executivo - CONSECOR, criado pela Lei Complementar nº 847, de 12/01/2017, que institui o Sistema de Correição do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo - SISCORES.
- **Resolução Normativa Consecor 002-2018**
Aprova o processamento de avocações, instaurações de procedimentos de apuração, sindicâncias e processos administrativos da Corregedoria Geral do Estado, autorizados pelo CONSECOR.
- **Resolução Normativa Consecor 003- 2018**
Altera a Resolução CONSECOR nº 001 de 17 de julho de 2017, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Estadual de Correição do Poder Executivo - CONSECOR.
- **Resolução Normativa Consecor 004 - 2018**
Torna obrigatório o preenchimento do Módulo Corregedoria no SIARHES e dispõe sobre registro da autorização, tramitação e resultado do Procedimento de Sindicância Disciplinar e registro da instauração, tramitação e resultado do Processo Administrativo Disciplinar.
- **Resolução Normativa Consecor 005 - 2018**
Edita enunciados administrativos do Conselho Estadual de Correição – CONSECOR.
- **Resolução Normativa Consecor 006 - 2018**
Dispõe sobre a uniformização de procedimentos relativos à contagem de prazos prescricionais em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares e dá outras providências.
- **Resolução Normativa Consecor 007 - 2019**
Dispõe sobre a uniformização de procedimentos relativos à contagem de prazos recursais em sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares e dá outras providências.
- **Resolução Normativa Consecor 008 - 2019**
Dispõe sobre a possibilidade de instauração de procedimento correccional em face de ex-servidor público estadual.
- **Resolução Normativa Consecor 009 - 2020**
Dispõe sobre a interpretação do artigo 2º, do Decreto estadual nº 4.607-R, de 22 de março de 2020, e suas prorrogações.